



Recuperação econômica justa em perigo

**DEFENSORAS E DEFENSORES DOS DIREITOS HUMANOS
ENFRENTAM RISCOS CRESCENTES DURANTE A PANDEMIA**

Desde o início da pandemia de COVID-19, ataques contra defensoras e defensores dos direitos humanos (DDHs) continuaram constantes. Na verdade, muitos defensores têm enfrentado riscos maiores à medida que alguns governos abusam da situação para reduzir ainda mais os direitos civis na participação de tomadas de decisões públicas e implantar forças estatais para reprimir protestos legítimos e pacíficos e obstruir o acesso à justiça. A pandemia exacerbou e desmascarou as desigualdades e destacou a necessidade de uma recuperação econômica justa em que as empresas respeitem os direitos humanos e o papel crucial de seus defensores. Precisamos de suas vozes neste momento, mas em muitos países elas estão sendo silenciadas através de ameaças, intimidação, violência e assassinatos.

Desde o início da COVID-19 (março de 2020)¹ até o final de setembro de 2020, o Centro de Informação sobre Empresas e Direitos Humanos acompanhou 286 casos de ataques contra defensoras e defensores focados em atividades relacionadas às empresas, algo que faz parte de um padrão contínuo de abuso. Houve quase 20 ataques a mais neste período do que a média dos últimos 5 anos do mesmo período. Isso representa um aumento de 7,5%² e aponta para uma repressão oportunista perpetrada por empresas, governos e outros atores.

¹ Para fins deste artigo, consideramos março de 2020 como o início da COVID-19. Analisamos casos entre março de 2020 e o final de setembro de 2020, e os períodos correspondentes nos conjuntos de dados de outros anos desde que começamos a investigar ataques (2015-2019).

² Estamos comparando a média deste período com a média de 5 anos do mesmo período (desde março até o final de setembro). A média é de 266 casos, e o número deste ano é de 286, o que é um aumento de 7,5%.

“ Neste contexto de COVID-19, nós, os povos indígenas, conseguimos nos organizar para lidar com a pandemia através de nossos conhecimentos tradicionais e nossas formas de organização, exercendo nosso direito à autodeterminação... Nós somos os únicos que colocamos nossos corpos e territórios como guardiões dos bens comuns naturais. Nesta defesa dos nossos direitos, as mulheres tiveram um papel de liderança... Como medida preventiva durante a pandemia atual, exigimos a imediata suspensão de toda atividade que promova a entrada de forasteiros em territórios indígenas... [e] requisitamos uma moratória de todas as atividades extrativistas dentro ou perto de nossas terras indígenas, a fim de proteger nossos povos.”

Declaração dos povos indígenas participantes do V Fórum Regional de Empresas e Direitos Humanos para a América Latina e o Caribe

Os defensoras e defensores desempenham um papel essencial na criação de um futuro mais sustentável para todos ao apontar riscos nas operações da empresa e nas cadeias de produção. Eles colocam a si mesmos e a suas comunidades em risco ao bradarem os danos ligados a negócios que são infligidos às pessoas e ao meio ambiente, e ao proporem alternativas que respeitem os direitos às práticas comerciais insustentáveis. Portanto, a prevenção de ataques aos defensoras e defensores é crucial para a prevenir o abuso de direitos humanos relacionados a negócios à medida que enfrentamos a pandemia em curso e, especialmente, enquanto nos preparamos para um futuro pós-pandemia e mais justo.

“ As políticas de criminalização, assim como a violência exercida pelos Estados e empresas contra defensoras e defensores dos direitos humanos, pertencentes ao povo afro-descendente e suas comunidades locais, resultaram num sério aumento dos casos de assassinatos e agressões contra nós.”

Declaração Conjunta das Comunidades Afro-descendentes no Contexto Empresarial da América Latina e do Caribe

A pandemia de COVID-19 desmascarou a desigualdade nas sociedades em todo o mundo, bem como duras falhas impostas pelos nossos sistemas econômicos atuais. É evidente que alguns grupos - especialmente agricultores sem terra, trabalhadores rurais, mulheres do campo, povos indígenas, comunidades negras e afrodescendentes, trabalhadores imigrantes, trabalhadoras de fábricas e trabalhadores que prestam serviços temporários via plataformas ou aplicativos (gig workers) - são desproporcionalmente afetados pela pandemia devido a anos de discriminação sistêmica e racismo étnico e ambiental. [Centenas de milhões](#) de pessoas perderam seus empregos, incluindo milhões de trabalhadores vulneráveis na indústria de vestuário, devido a cancelamentos de pedidos e a marcas de vestuário não terem realizado seus pagamentos. Muitos trabalhadores considerados “essenciais”, já em posições precárias e de baixa remuneração, têm sido colocados em níveis mais elevados de risco através de seu trabalho em indústrias como a mineração, a agricultura e a embalagem de carne. Outros, incluindo (em sua maioria mulheres) cuidadores, foram negligenciados e não incluídos nos programas governamentais em resposta à COVID-19. As demandas destas e destes trabalhadores, comunidades e da sociedade civil que os apoia foram recebidas com intimidação, violência, obstrução e desrespeito intencional.

“ Já estamos isolados [pela] epidemia. O que essa decisão [de remover nosso acampamento de protesto] tem a ver com a luta contra o coronavírus? Os mineiros continuam trabalhando, mas nós somos retirados.”

Kazdaglari Resisters, grupo ativista ambiental, Turquia

NOSSA PESQUISA CONSTATOU QUE, DE MARÇO A SETEMBRO DE 2020:



TODOS OS DIAS

Em média, **um(a) defensor(a) foi atacado todos os dias** durante este período por defender os direitos humanos ou a proteção ambiental



UM QUARTO

Quase um quarto dos ataques foi contra **mulheres defensoras**



MAIS DE UM TERÇO

Representando mais de um terço de todos os casos, **membros de comunidades e povos indígenas** tiveram maior risco de serem atacados



Houve ataques em quase todos os setores empresariais. Quase **um em cada três** ataques foi associado à mineração, **um em cada cinco** à construção civil e **um em cada oito** ao agronegócio



Os ataques ocorreram em 44 países, com maior frequência na América Latina (Brasil, Colômbia, Guatemala, Honduras e México), em seguida na Europa Oriental e Ásia Central (Rússia e Bielorrússia) e Ásia (Filipinas e Camboja)



O tipo de ataque mais comum foi a **detenção arbitrária, com 108 casos**. Outros tipos de ataques também ocorreram, incluindo **intimidação e ameaças (51)**, **assassinatos (46)** e **spancamentos (15)**



Pelo menos **105 casos foram ligados a retaliações pela defesa focada em empresas específicas**. Nenhuma dessas empresas tem políticas que mencionam a proteção dos defensoras e defensores



Em **39 casos**, houve **mais de um ator envolvido**, indicando que há conluio entre atores poderosos, incluindo autoridades do Estado, a polícia, empresas e, em alguns casos, o crime organizado



Autoridades locais e do Estado estiveram envolvidas em mais de **um terço dos casos**, muitas vezes ligadas a ações movidas contra defensoras e defensores em tribunais locais ou autorizando pesadas intervenções policiais em protestos



Foi dado entrada a pelo menos sete **Ações Judiciais Estratégicas contra a Participação Pública (SLAPPs) contra defensoras e defensores** entre março e agosto de 2020: uma vitória recente foi a anulação de um processo contra um jornalista, movido pela empresa Thammakaset Limited Company, na Tailândia, que sozinha apresentou 38 queixas criminais ou civis contra 22 pessoas nos últimos quatro anos

Estudos de caso

As experiências da advogada de direitos trabalhistas Susana Prieto, líderes comunitários em Ucayali e do jornalista Hopewell Chin'ono, mostram como a defesa dos direitos humanos relacionada aos negócios no contexto do COVID-19 agrava os riscos para os defensoras e defensores – e como a pandemia é usada como pretexto para silenciá-los e a seus apoiadores.



Em junho de 2020, no México, [Susana Prieto](#), uma proeminente advogada trabalhista, foi presa sob acusações de incitar a violência depois de fazer campanha contra políticas nas fábricas *maquiladoras* em Ciudad Juárez que colocavam os trabalhadores em risco de contrair COVID-19. Ela filmava trabalhadores saindo de protestos em fábricas que se recusavam a fechar ou pagar seus trabalhadores integralmente. Sua prisão foi recebida com uma forte demonstração de solidariedade por parte dos trabalhadores, incluindo um protesto em março realizado por trabalhadores na **Tridonex**, que estavam acompanhados por apoiadores de outras fábricas. Seus familiares e colegas denunciaram sua prisão sendo uma retaliação por ela ter organizado esses trabalhadores. A filha da advogada [disse](#): “Achamos que isso é uma tentativa de tirá-la de cena.” [A Tridonex não comentou](#) a situação.



Os defensoras e defensores da terra e do meio ambiente, em particular os líderes indígenas, também foram significativamente afetados. Isso inclui defensoras e defensores que questionam práticas irresponsáveis de empresas dos setores de [mineração](#), agronegócio, energia renovável e construção civil. Em muitos casos, as empresas desses setores foram autorizadas a continuar operando durante a pandemia, com leis aprovadas beneficiando essas indústrias e aumentando os riscos à saúde para os trabalhadores e comunidades locais. [Algumas empresas continuaram a operar](#) sem ter a devida autorização.



Por exemplo, em junho de 2020, a **Ocho Sur P** supostamente continuou operando sua fábrica de óleo de palma em Ucayali, apesar de um rápido processo de testagem de COVID-19 supostamente identificar resultados positivos em 90% dos trabalhadores. As operações continuaram, apesar de duas ordens judiciais anteriores das autoridades peruanas exigindo que a empresa [encerrasse as operações](#) devido ao desmatamento da Amazônia. As autoridades peruanas competentes também negam que o Ocho Sur P tenha recebido permissão para continuar suas operações de plantio durante o estado de emergência nacional decretado em março de 2020. Além disso, a Ocho Sur P foi acusada de desapropriar a comunidade indígena de Santa Clara de Uchunya de sua terra



ancestral. Isso tem gerado uma [disputa acirrada](#) entre grupos não indígenas que querem se estabelecer nessa terra, o que expõe membros da comunidade a intimidações, ameaças e ataques, que eles afirmam estarem ligados à empresa. Algo que [continuou e piorou](#) durante a pandemia. Houve [muitos](#) ataques aos defensoras e defensores nesta área, o mais recente foi contra [Miguel Guimarães Vásquez](#), presidente da FECONAU (Federação das Comunidades Indígenas de Ucayali). Esta violência está ligada à falta de segurança jurídica dos territórios indígenas pelo Estado peruano e à expansão do agronegócio e das indústrias extrativas, assim como a atividades criminosas, como a produção de drogas. Em setembro e outubro, ele relatou ter recebido [ameaças de morte](#) por telefone. A última ameaça veio uma semana depois que Guimarães participou de uma [audiência pública virtual](#) com a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. A audiência tratava principalmente de assassinatos de defensores indígenas e suposta corrupção. A comunidade, a FECONAU e seus aliados estão atualmente [solicitando](#) ao Tribunal Constitucional peruano que se pronuncie sobre a reivindicação territorial da comunidade e que aplique sanções contra uma empresa. A **Ocho Sur P** foi convidada a responder a essas alegações pelo Centro de Recursos e outras partes. A empresa não respondeu ao portal de notícias [Mongabay](#) quando solicitada para comentar. Ela respondeu ao Centro de Recursos sobre alegações relacionadas a desmatamento, ataques contra defensoras e defensores e ações durante a pandemia. A resposta mencionou ações da empresa durante a COVID-19, incluindo aumento salarial e outras formas de apoio para compensar o colapso dos preços durante a crise. Apesar de vários supostos abusos, a **Ocho Sur P** supostamente fornece frutas para várias empresas que fazem parte da [Mesa Redonda sobre Óleo de Palma Sustentável](#), que [certifica as melhores práticas deste setor](#) e tem uma [política](#) sobre defensoras e defensores.

Da mesma forma, na [Indonésia](#), algumas empresas já se aproveitaram da calma da trégua pública e supervisão da imprensa durante a pandemia para intensificar a grilagem de terras. Nos conflitos por terra resultantes disso, pelo menos dois defensoras e defensores da terra foram mortos, quatro presos e vários gravemente feridos em Sumatra e Kalimantan. Em outubro de 2020, o governo aprovou a controversa Lei Omnibus de Criação de Empregos, simplificando as licenças comerciais, os requisitos para realizar investimentos e as leis trabalhistas, ao simplificar 79 leis empresariais. A lei foi criticada pela [sociedade civil](#) e também por [investidores responsáveis](#), incluindo **Aviva Investors**, **Domini** e **Sumitomo Mitsui Trust Asset Management**, que expressaram preocupações sobre o impacto da lei no meio ambiente, dizendo: *“Embora as mudanças regulatórias propostas busquem aumentar o investimento estrangeiro, elas correm o risco de violar padrões internacionais de boas práticas destinados a evitar consequências nocivas não intencionais de atividades comerciais que poderiam afastar investidores dos mercados indonésios.”*





Defensoras e defensores que denunciam a corrupção também sofreram ataques. No Zimbábue, o governo tem usado a COVID-19 como desculpa para dispersar protestos em massa contra práticas corruptas relacionadas à compra de equipamentos de proteção individual (EPIs). [Hopewell Chin'ono](#) foi um dos defensores que expôs a corrupção na aquisição por parte do governo de suprimentos contra o coronavírus. Chin'ono, um jornalista, investigando um fundo destinado a comprar EPIs, descobriu que uma [empresa com sede em Dubai ligada ao dinheiro não existia, e que US\\$ 2 milhões haviam sido transferidos para a Hungria](#). Ele relatou que o filho do presidente Emmerson Mnangagwa era o chefe da empresa fictícia, o que foi negado pelo Sr. Mnangagwa. Chin'ono foi preso e ficou detido por várias semanas. Na prisão, Chin'ono disse que [“vivia em uma cela de 16 pessoas que abrigava 44 pessoas durante 17 horas por dia sem água corrente.”](#) Hopewell Chin'ono foi [preso](#) novamente em 3 de novembro de 2020 por supostamente quebrar as condições de fiança – uma alegação que fontes legais descreveram como “absurda”.



Estes representam apenas alguns exemplos do risco maior que os defensores têm enfrentado à medida que a pandemia exacerbou tensões e conflitos. Alguns governos - em conluio com as empresas - têm usado a pandemia para cortar proteções ambientais e trabalhistas e acelerar aprovações de projetos há muito tempo controversos. Esses governos enquadraram projetos de algumas dessas indústrias como atividades econômicas “essenciais”, apesar dos riscos à saúde para trabalhadores e comunidades. Em resposta à pandemia, alguns países também [introduziram ou aumentaram a presença de militares e policiais em áreas rurais](#), onde vivem povos indígenas e comunidades afrodescendentes, levando a uma escalada da violência. Isso foi agravado pela incapacidade das organizações de direitos humanos e ambientais de fornecerem [acompanhamento de proteção](#) às comunidades e defensores em risco. Altos níveis de prisões são particularmente preocupantes, uma vez que as pessoas detidas correm um risco maior de contrair a COVID-19 devido à superlotação, à falta de saneamento, à escassez de água e a EPIs inadequados. Ao comentar a situação dos povos indígenas durante a pandemia, seus representantes assim [disseram](#): *“Reafirmamos nossa preocupação com os defensores dos direitos humanos indígenas, que são perseguidos, criminalizados e assassinados por defenderem seus territórios e direitos indígenas. Precisamos de ações concretas e conjuntas - de Estados e empresas - para proteger e respeitar os defensores dos direitos humanos. Nesse sentido, solicitamos o reconhecimento e o fortalecimento dos mecanismos de proteção individual e coletiva.”*

Em relação aos setores de vestuário e varejo, um dos tipos mais comuns de ataques aos defensoras e defensores tem sido as [demissões](#) que têm como alvo trabalhadores sindicalizados e ativistas trabalhistas. O Centro de Recursos investigou diversas fábricas de vestuário que usam a pandemia para disfarçar o ataque a liberdade de associação dos trabalhadores, publicando um [relatório sobre “apreensão sindical”](#) em agosto. Nosso relatório encontrou evidências de que as fábricas de vestuário que são fornecedoras de grandes marcas de moda estão usando a COVID-19 para mascarar a identificação e demissão de trabalhadores sindicalizados no Camboja, Mianmar, Bangladesh e Índia. Observamos uma grande lacuna entre as respostas das marcas e os compromissos políticos, e as realidades vividas dos trabalhadores em suas cadeias de produção. Esses ataques aos defensoras e defensores dos direitos trabalhistas fazem parte de uma repressão mais ampla à organização trabalhista nos países produtores de vestuário, incluindo [México](#), [EUA](#), [Jordânia](#) e [Zimbábue](#).



Os defensoras e defensores também foram silenciados de forma mais sutil, por governos que tornaram as consultas inacessíveis ou menos transparentes. Na [Colômbia](#), por exemplo, a consulta e consentimento livre prévio e informado (CCLPI) com os indígenas à frente de potenciais projetos de negócios foi online, supostamente para “evitar a disseminação da COVID-19”. Embora os riscos de transmissão sejam reais, esse movimento ignora a limitação à conectividade tecnológica e à internet tipicamente vivenciada pelas comunidades indígenas e é inconsistente com suas práticas tradicionais de tomada de decisão. Comentando este desdobramento, o Programa dos Povos da Floresta (FPP) disse: *“Se desconectada do desenvolvimento autodeterminado, a CCLPI perde sua integridade e corre o risco de ser transformada em um conceito desempoderador... A situação na Colômbia é justamente esta pior das hipóteses... Em vez de proteger os direitos, colocou-os em grande risco.”*



A pandemia também está sendo usada para aprovar legislações em favor dos interesses empresariais. Na [Eslovênia](#), o governo incluiu disposições destinadas a desregulamentar a construção civil e acelerar os investimentos em infraestrutura durante a recuperação econômica como parte de seu pacote de estímulo à crise da COVID-19, enfrentando forte oposição da sociedade civil. Entre outras mudanças, isso [limitaria a participação da sociedade civil](#) nos processos de alvarás de construção, uma vez que os recursos não podem mais ser iniciados por ONGs com menos de 50 membros, restringindo a participação e abrindo caminho para diversos projetos aos quais estas ONGs há muito tempo se opõem devido motivos ambientais. Além disso, as duras limitações da Eslovênia relacionadas à COVID-19 em relação às liberdades de associação e organização também foram questionadas pelo [Tribunal Constitucional](#).



A maioria das empresas e investidores ainda não vê que proteger os defensoras e defensores e abordar os riscos que enfrentam é a única maneira de fazer negócios de forma sustentável e alinhada com os Princípios Orientadores da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos el la Agenda 2030. Embora os Estados tenham o dever de garantir a segurança dos defensoras e defensores durante uma pandemia e garantir a responsabilização e a reparação relacionada aos abusos dos direitos humanos, empresas e investidores têm a responsabilidade de avaliar se suas atividades representam riscos para o trabalho e a segurança dos defensoras e defensores dos direitos humanos e mostrar que estão tomando medidas para prevenir e mitigar os danos. A maioria das empresas não faz o suficiente para proteger os defensoras e defensores e pode causar, contribuir ou estar diretamente ligada a ataques. Entre as empresas classificadas pela Corporate Human Rights Benchmark (CHRB), metade obteve zero nos indicadores de auditoria prévia (due diligence), apenas [29 em cada 200 mencionam defensores em suas políticas](#), e um número ainda menor assumiu compromissos específicos com a segurança ou inclusão deles durante a pandemia, apesar dos apelos para que o fizessem.

Bons negócios para proteger defensoras e defensores

Por outro lado, alguns atores empresariais reconhecem que a proteção dos direitos dos defensoras e defensores e a prevenção de abusos de direitos humanos relacionados aos negócios estão entrelaçadas e, além disso, que têm a responsabilidade de respeitar esses direitos. Por exemplo, a Corporação Financeira Internacional (IFC) [reconheceu](#) os tipos de riscos elevados que os defensores enfrentam durante a pandemia. De acordo com a IFC:

“ ‘Represálias contra as partes interessadas do projeto que expressam opiniões ou oposição às atividades do projeto cresceram visivelmente em todo o mundo, com potencial para serem ampliadas durante a pandemia de COVID-19’ e encorajaram as empresas com as quais trabalham para ‘promover as mensagens da empresa, particularmente no nível de diretoria e gestão, para reforçar a [tolerância zero](#) [aos ataques contra defensores do meio ambiente e dos direitos humanos] aos trabalhadores, comunidades e partes interessadas externas.’”

Também foi motivador que várias associações empresariais nas [Filipinas](#) tenham denunciado publicamente uma lei anti-terrorismo considerada uma ameaça à sociedade civil, uma vez que esta abre portas para prisões arbitrárias e longas penalidades prisionais para pessoas ou representantes de organizações que criticam o governo. Várias associações empresariais de ponta, desde áreas como finanças e bancos, turismo, tecnologia, educação privada e outros setores [declararam](#) sua oposição:

“ nos termos mais fortes possíveis... a promulgação neste momento da Lei Antiterrorismo de 2020 ... é uma grande divisora – porque representa um perigo claro e presente para os direitos humanos consagrados na Constituição.”

Além disso, há um reconhecimento crescente do importante papel dos defensoras e defensores perante a lei. Com sua iminente entrada em vigor, o acordo de Escazu na América Latina seria o primeiro tratado mundial a proteger explicitamente os direitos dos defensores do meio ambiente. Embora existam algumas preocupações válidas sobre o acordo, o acordo poderia garantir um ambiente seguro para que eles agissem, garantiria a prevenção e a acusação em resposta aos ataques e lhes concederia acesso a informações e recursos. Com o surgimento da legislação obrigatória de auditoria prévia (*due diligence*) de direitos humanos em todo o mundo, o papel dos defensores com foco nos negócios só será mais relevante, inclusive através da possível introdução do dever [empresarial de realizar consultas efetivas, significativas e formadas](#). O dever exigiria consulta aos detentores de direitos afetados e potencialmente afetados, incluindo, mas não se limitando a comunidades, trabalhadores, sindicatos, sociedade civil e organizações de mulheres, defensores dos direitos humanos e povos indígenas.

A proteção explícita e a inclusão de defensores nas decisões e processos de negócios é vital e particularmente desafiadora neste momento. Uma maior inclusão depende das circunstâncias dos defensores e, em todos os casos, precisa ser determinada pelos próprios defensores. Por exemplo, realizar consultas com povos indígenas e afro-descendente de qualquer forma durante a COVID-19 pode ser [problemático](#), dado que sua própria sobrevivência depende de sua capacidade de se proteger de pessoas de fora durante esse tempo. Os defensores indígenas enfatizaram que, daqui para frente, os instrumentos de consulta não devem evoluir para uma mera formalidade, implementada apenas a pedido de decisões judiciais, mas sim para assegurar e garantir direitos substanciais ao consentimento, incluindo o direito de dizer “não”.

Recuperação econômica justa

Há muitos caminhos possíveis para a recuperação, mas um rápido retorno aos negócios como de costume só pode perpetuar as profundas desigualdades entre as empresas e os trabalhadores e comunidades de que dependem. Temos uma oportunidade urgente de reimaginar e reconstruir uma economia que sirva e respeite os direitos de todos os seus participantes. O compromisso empresarial com o reconhecimento das comunidades, defensores e sindicatos como parceiros sociais e sua inclusão sistemática na devida diligência dos direitos humanos são indispensáveis a isso. Como diz Lise Smit, do Instituto Britânico de Direito Internacional e Comparativo (BIICL), *“a [auditoria prévia] due diligence dos direitos humanos deve se concentrar nos riscos para os detentores de direitos, e não apenas nos riscos para a empresa... Desta forma, é absolutamente essencial que a sociedade civil desempenhe um papel: a sociedade civil local e os especialistas em direitos humanos são os que sabem quais são os riscos para os detentores de direitos.”*

Como DDHs estão na vanguarda da proteção dos direitos humanos e do meio ambiente, eles são especialistas que lideram a construção de uma recuperação justa e sustentável dessa crise. Alguns atores estão reconhecendo isso. A Confederação Europeia de Sindicatos, por exemplo, atualmente está convocando os ministros do trabalho da UE para garantir que as empresas [dêem aos trabalhadores voz](#) sobre a reestruturação da COVID-19, e a [Iniciativa Tolerância Zero](#) declarou recentemente que *“qualquer resposta [à COVID-19] deve ser desenvolvida em consulta com povos indígenas, afrodescendentes e comunidades locais e outros defensores dos direitos humanos.”* Os povos indígenas participantes do 5 Fórum Regional de Empresas e Direitos Humanos para a América Latina e o Caribe também [exigiram](#) sua total participação, principalmente em nome das mulheres, na identificação dos impactos dos projetos de negócios e ressaltaram que a forma como esses estudos sociais e ambientais estão sendo implementados não identifica os impactos culturais em nossos territórios ancestrais.

Governos, empresas e investidores precisam ouvir essas chamadas e garantir que os defensoras e defensores não só estejam protegidos contra ataques, mas também estejam liderando os participantes em uma recuperação econômica justa.



Foto por IndustriALL Global Union